



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REUNIÃO COM OS GOVERNADORES *

Palácio do Planalto
3 de março

O Chefe do Governo convoca os governadores dos estados para uma coordenação de esforços, no do congelamento de preços e em outros aspectos das reformas.

1º de março — O pacote econômico baixado pelo Presidente José Sarney obtém aprovação unânime da classe política brasileira. Para o governador Franco Montoro, talvez não tenha havido na história do País um ato de tanta coragem no combate à inflação. No mesmo sentido são os comentários do deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB no Congresso, e do senador Guilherme Palmeira, presidente do PFL, que garantiu que as bancadas do seu partido nas duas Casas do Congresso vão dar todo o apoio ao Governo.

— Ampla e entusiástica participação popular na fiscalização dos preços congelados. Lojas e supermercados são fechados e seus gerentes, autuados pela autoridade policial, em todo o país, por estarem remarcando preços.

3 de março — O Presidente José Sarney reúne-se, em Brasília, com 27 governadores, que assinam convênio em que se comprometem a defender a população e punir os infratores da lei que determinou o congelamento de preços.

* Improviso.

Ilustres governadores.

Como os senhores sabem, fui obrigado a tomar algumas medidas graves no setor da economia.

Mas estas providências não podem ser medidas solitárias da competência e da execução exclusiva do Poder Executivo Federal. Para que realmente elas possam render os frutos que o País deseja, é necessário que haja uma conjugação de esforços por parte do povo e dos governos dos estados e dos municípios.

Para examinar esses aspectos no que se refere à colaboração dos governos estaduais, convidei-os para esta reunião, uma vez que temos de coordenar nossos esforços não só no setor de congelamento de preços como também na adaptação do orçamento federal, dos orçamentos estaduais e dos orçamentos municipais à nova sistemática. Esta será uma oportunidade para a troca mais profunda de impressões.

Há alguns meses, venho meditando sobre o problema da inflação e discutindo com os meus auxiliares dessa área o que deveríamos fazer. E estabelecemos alternativas, estudamos detalhadamente todos os planos, acompanhamos os países que viveram, de certo modo, a mesma experiência brasileira. Essas medidas teriam, sem dúvida, que ser medidas de natureza sigilosa, uma vez que ao menor vazamento elas ensejariam não só especulações e deformações no setor financeiro, como, além do mais, inviabilizariam qualquer providência que o Governo pudesse tomar. Mas posso assegurar aos senhores que todos os resguardos foram feitos; todos os ângulos foram analisados. Não foi uma medida apressada, nem num momento de dificuldade. Mas, maior. Não foi justamente escolhida dentre as alternativas que o Governo tinha elaborado para enfrentar o problema inflacionário no momento em que ele pudesse fugir do seu controle. E esse momento foi justamente o que ocorreu com a inflação de janeiro e a inflação de fevereiro, de modo que nós achávamos que não poderíamos expor o País a uma situação incontrolável da sua economia.

Neste instante, eu peço licença para fazer uma pequena observação. Nós não fizemos uma reforma dessa profundidade, num momento de desespero. A situação do Brasil é inteiramente diferente da situação dos outros países. A reforma foi feita no momento em que o País atravessa uma saudável situação de sua economia, no que diz respeito ao equilíbrio de suas finanças públicas. Chegamos aos meses de janeiro e de fevereiro sem emitir um tostão de moedas, sem, ao mesmo tempo, colocarmos um título da dívida pública, e com o orçamento absolutamente equilibrado, de modo a podermos até retirar alguns títulos de circulação, que eram da nossa dívida externa — cerca de quase 20 trilhões de cruzeiros. A nossa balança comercial, também com saldo superavitário, está muito bem colocada.

Mas chegamos à conclusão de que a inflação brasileira tinha um aspecto perverso. Aspecto esse, sobretudo, que era determinado pela correção monetária, uma vez que ela corrigia o capital mas não corrigia o salário. Esse ponto básico era fundamental para o combate da inflação brasileira.

Daí termos tomado essas medidas. Eu acredito que elas podem gerar algumas incompreensões, mas posso assegurar a todos os senhores governadores que as tomei meditadamente, sabendo as minhas responsabilidades, os riscos, mas ao mesmo tempo consciente de que estava, e estou, cumprindo com o meu dever.

Eu pediria ao senhor Ministro do Planejamento que expusesse os pontos principais em que nós necessitaremos de uma colaboração dos governos estaduais.

*Exposição do ministro João Sayad,
do Planejamento*

Eu queria ressaltar também que esse programa não é um programa do Presidente da República, não é um programa só do Governo Federal. O que nós desejamos é que ele seja um programa da Nação inteira, cujo objetivo é realmente a estabilização e o crescimento da economia do País. E, ao mesmo tempo, de uma virada histórica, de uma mudança de mentalidade. Quer dizer, a mudança de men-

talidade é trabalharmos com uma moeda forte e que o País abandone a mentalidade da especulação financeira, da ciranda dos papéis, e inicie a mentalidade de que o progresso é fruto do trabalho.

Eu acredito, sobretudo, que se nós todos, homens públicos, responsáveis pela condução do País, num mutirão de unidade, nos engajarmos dentro dessa idéia-força, podemos realmente iniciar uma nova etapa da vida nacional. Eu queria, sobretudo, enfatizar, quer dizer, despersonalizar essas providências que foram tomadas, cujo objetivo são esses altos objetivos.

E é nesse sentido, portanto, que estamos aqui reunidos, que eu apelo aos senhores governadores no sentido de juntos adotarmos o programa de estabilização, de mudança da economia, procurando nas suas respectivas áreas dar condições a que ele possa realmente surtir todos os seus efeitos. Nesse sentido, eu pedi ao senhor Ministro da Justiça que fizesse uma proposta de debate, aqui, hoje, de um convênio no qual o Governo Federal delegaria aos governos estaduais os poderes naqueles setores em que serão necessárias ações imediatas que teremos que tomar, como no setor de congelamento de preços e suas respectivas implicações.

Eu também lembraria que na exposição do senhor ministro Sayad, ele falou — mas talvez pudesse se aprofundar um pouco mais — nos orçamentos estaduais, através dos quais, sem a correção monetária, os governos vão desfrutar de maiores condições de realizações administrativas e, mais ainda, de renegociar aqueles contratos nos quais a correção monetária estava embutida.

*Leitura, pelo Ministro da Justiça,
do convênio*

Essa é a proposta que nós estamos submetendo aos senhores governadores dos estados, e eu queria ouvir a opinião dos senhores governadores sobre o documento que

acaba de ser lido, o qual, como disse o Ministro da Justiça, é, sobretudo, o desejo de formalizar uma intenção, que é de todos nós, de trabalharmos conjuntamente nessa grande tarefa.